

Brasília-DF



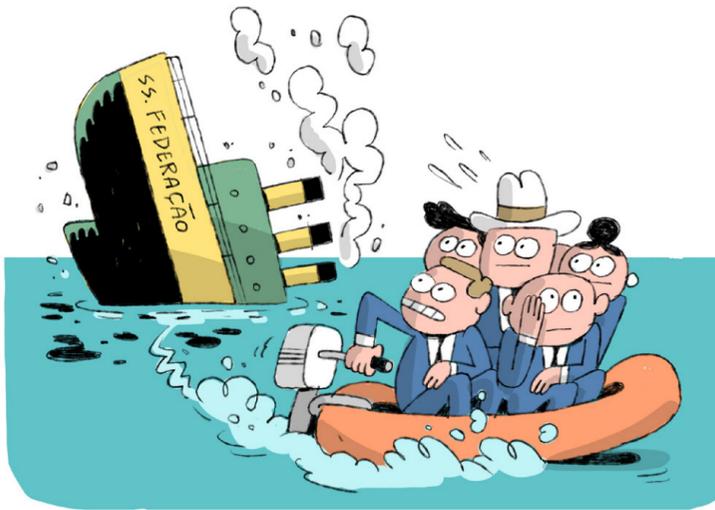
DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E a federação naufragou

Foi só Arthur Lira sair da Presidência da Câmara para a bancada do Republicanos atirar o projeto de federação com o PP e com o União Brasil pela janela. Na reunião de ontem, apenas o presidente do partido, Marcos Pereira, foi favorável à unidade das três legendas. No PP de Lira, 80% da bancada também não deseja essa união. Apenas a turma do União Brasil ainda tem algum empenho no projeto, ainda assim não há uma unanimidade. É que ninguém deseja sair do comando nos estados para dar a vez à maior bancada.

» » » » »

Exemplo prático/ Em São Paulo, por exemplo, o Republicanos, partido do governador Tarcísio de Freitas, dependeria do União Brasil, que tem mais deputados. E a turma de Tarcísio não quer ficar dependendo da legenda que, a preços de hoje, se divide entre lançar uma candidatura de Ronaldo Caiado ao Planalto e apoiar Lula.



Salva a gente aí

Parte do União Brasil não desistiu da federação com o Progressistas porque considera que o fato de o presidente do PP, senador Ciro Nogueira, ser piauiense pode dar uma ajudinha junto ao ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação ao processo envolvendo o Rei do Lixo. O PP não quer saber dessa história.

Lua de mel curta

O período de afagos entre os partidos e os Poderes tem data para acabar. As cobranças do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as emendas Pix foram vistas como uma cutucada direta do Congresso. Davi Alcolumbre, presidente do Senado, não gostou. O TCU é uma instituição auxiliar do Parlamento.

Briga grande

Apesar das falas do líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), sobre brigar pelo "que é de direito do PL pelo quesito de proporcionalidade", o acordo feito em 2023 sobre rodízio na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Casa deixa a entender que a legenda não comandará o colegiado de novo. O PT presidiu em 2023, o PL ano passado e, agora, a briga é do MDB e do União Brasil pela comissão. A tendência é de que só tenha um desfecho em março.

Os primeiros acordos

Passadas as primeiras conversas e entrevistas dos novos atores desta temporada pré-eleitoral, o governo já percebeu que não terá vida fácil no Parlamento se não ajustar os seus movimentos à realidade da correlação de forças políticas. Isso significa mudar a articulação política do Planalto. E tem que ser logo. Se deixar para depois do carnaval, o mau humor só vai aumentar.

Vai cair

A Câmara tende a derrubar a resolução do Conanda que permite que jovens menores de idade violentadas abortem sem a permissão dos pais. A deputada Simone Marquette (MDB-SP) afirmou à coluna que há consenso para a derrubada da resolução e que deverá entrar como pauta de urgência hoje na Casa. "Do PT ao PL, todos concordam em derrubar a resolução", disse.

CURTIDAS

Haddad que se prepare/ O presidente da Câmara, Hugo Motta, dá todas as indicações de que, sem a anuência dos líderes, nada vai a votos na Casa. E, para completar, avisou, em entrevista à CNN, que é preciso corrigir rumos na economia, a cargo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. E sem aumento da carga tributária.

Insatisfação/ O deputado Domingos Neto (PSD-CE) disse que não acredita na saída de Carlos Fávaro do Mapa. "Independentemente da questão partidária, ele é respeitado no setor defendendo o Lula. Não se troca seis por meia dúzia tão facilmente. E ele se segura pela relação e pelo resultado que ele tem", afirmou.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Tratamento de honra/ O líder do PSD na Câmara dos Deputados, Antônio Brito (foto, PSD-BA), foi buscar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na entrada da Casa para acompanhá-lo até a sala da liderança da legenda na Câmara.

Definição/ Na reunião de líderes, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), determinou que cada um cobre pontualidade dos integrantes das respectivas bancadas nas sessões da Casa. As sessões devem sempre começar às 16h, sem atrasos.

Outra visão/ Com a guerra de bonés na ordem do dia, os deputados lembram que isso tem um lado positivo: se alguém quiser partir para as vias de fato, bater no outro com um boné causará menos estragos do que se for com um pedaço ou com o cabo de uma placa ou cartaz.

CONTAS PÚBLICAS / Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os ajustes fiscais anunciados no fim de 2024 permitiram a contenção bilionária. Com isso, será possível fazer mudanças nas previsões de gastos para este ano

Pacote economiza R\$ 30 bilhões

» RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, no final do ano passado, dentro do pacote fiscal, representaram uma contenção de R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões que devem ser somados ao Orçamento de 2025, além de outros R\$ 15 bilhões que eventualmente seriam substituídos por outras "pressões", de acordo com o próprio chefe da pasta.

O valor é equivalente ao previsto no anúncio do pacote pela equipe econômica, ainda em novembro de 2024, quando o governo informou que as medidas trariam uma contenção de R\$ 30 bilhões, em 2025, e R\$ 40 bilhões, em 2026. No entanto, o número foi rebatido por economistas e outras agências do mercado financeiro, que previam uma contenção menor.

"Houve uma acomodação da ordem de R\$ 30 bilhões nas medidas tomadas no ano passado, conforme nós vínhamos defendendo. Isso foi constatado, inclusive, por técnicos do relator do Orçamento, que essa acomodação se tornou possível graças ao apoio do Congresso Nacional", disse Haddad, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haddad acrescentou que a equipe econômica já está em contato com a equipe técnica do relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), para tratar do remanejamento de recursos previstos na peça orçamentária, que ainda aguarda pela votação no Congresso Nacional.

Fundos de investimento

A reunião de Haddad com Lula serviu para tratar sobre o veto sobre os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) na lei da reforma tributária. Lula sancionou no dia 16 de janeiro a lei que regulamenta a reforma, com veto no trecho que previa a isenção do novo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) para esses fundos. De acordo com Haddad, que conversou mais tarde com jornalistas, o texto apresenta "controvérsias jurídicas".

"Eu vou discutir com o presidente (da Câmara) Hugo Motta primeiro, vou expor a ele o problema, os detalhes técnicos do problema e, segundo, nós vamos poder encaminhar da maneira como ele achar mais conveniente", ressaltou. Haddad ainda revelou que já teria adiantado a conversa com o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Na conversa com jornalistas, Haddad comentou, ainda, que acredita que a inflação vai arrefecer. Ele avalia que o comportamento do câmbio deve influenciar a inflação dos alimentos, que acumula alta nos últimos meses, de acordo com os principais índices do país. "O dólar estava a R\$ 6,10 e agora já está a R\$ 5,80. Então, isso já ajuda muito. Então, trazendo com a ação do Banco Central, a ação do Ministério da Fazenda, essas variáveis macroeconômicas se acomodam em outro patamar e isso, certamente, vai favorecer", disse o ministro.

Além da queda do dólar, Haddad acredita que as expectativas de uma safra maior podem contribuir positivamente para a queda dos preços dos alimentos em 2025.

Raphael Pati/CB/D.A Press



Houve uma acomodação da ordem de R\$ 30 bilhões nas medidas tomadas no ano passado, conforme nós vínhamos defendendo. Isso foi constatado, inclusive, por técnicos do relator do Orçamento"

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

Copom indica que Selic irá a 14,25%

» FERNANDA STRICKLAND

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central indicou, na ata da reunião realizada na semana passada, que deve elevar novamente a taxa básica de juros, a Selic, em um ponto percentual na próxima decisão, marcada para março. Com isso, a taxa deve alcançar 14,25% ao ano.

O mercado aguardava, no entanto, sinalizações relacionadas à política monetária para os meses seguintes, já que as elevações das duas primeiras reuniões do ano já estavam previstas ainda na gestão do

ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto. A reunião da semana passada foi a primeira sob o comando de Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido defensor da redução dos juros. A ata não traz pistas sobre decisões futuras.

"O Comitê avaliou que os determinantes de prazo mais curto, como a taxa de câmbio e a inflação corrente, e os determinantes de médio prazo, como o hiato do produto e as expectativas de inflação, seguem exigindo uma política monetária mais contracionista", descreve o documento do Copom.

O ambiente externo também segue desafiador, especialmente diante da política monetária nos Estados Unidos. "O Comitê acompanhou com atenção os movimentos do câmbio, que tem reagido, notadamente, às notícias fiscais domésticas, às notícias da política econômica norte-americana e ao diferencial de juros", destaca a ata.

A inflação permanece acima da meta estipulada pelo governo, com projeções de alta para 2025 e 2026, atingindo 5,5% e 4,2%, respectivamente. A elevação dos preços dos alimentos e combustíveis tem sido um dos principais fatores de pressão.

"A alta da gasolina, por exemplo, pode continuar puxando a inflação e elevando o custo logístico dos alimentos", comenta Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio.

O aumento dos juros tem impacto direto na economia real, encarecendo o crédito e reduzindo a atividade econômica. Com a Selic elevada, os financiamentos ficam mais caros, o que pode esfriar o consumo e impactar setores como o imobiliário e o automotivo. Por outro lado, a taxa alta torna os investimentos em renda fixa mais atraentes, o que pode contribuir para a entrada da moeda estrangeira no país.